



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Terceira Procuradoria

PROCESSO N.º 31.541/2017-e

PARECER N.º 1.079/2017-DA

EMENTA: Representação, com pedido liminar. Acordo de Cooperação Técnica - ACT firmado entre órgãos do Governo do Distrito Federal, o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos – UNOPS e a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores. Conhecimento. Manifestação das jurisdicionadas e do UNOPS. Análise. Instrução pugna pela concessão da cautelar e devolução dos autos para exame de mérito. Apresentação de novos documentos. Reinstrução. Secretaria de Acompanhamento reitera posicionamento anterior. Parecer divergente do Ministério Público de Contas. Possibilidade de celebração do Acordo de Cooperação Técnica. Ausência dos requisitos autorizadores para concessão da medida pleiteada. Pela não concessão da cautelar.

Tratam os autos do exame de representação formulada por cidadão ([e-DOC AD1BAE6F-c](#)), **com pedido liminar**, denunciando possível burla ao processo licitatório nos Acordos de Cooperação Técnica firmados entre o Governo do Distrito Federal (GDF) e a Organização das Nações Unidas (ONU), por meio do Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS) e da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC), com a participação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), sendo questionados os seguintes acordos:

- 1) **Acordo de Cooperação Técnica UNOPS/16/01** – celebrado pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal – SEPLAG/DF, tendo por objeto a avaliação do contrato de concessão administrativa para a construção, operação e manutenção do Centro Administrativo do Distrito Federal – CENTRAD;
- 2) **Acordo de Cooperação Técnica UNOPS/16/03** – firmado pela Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, cujo objeto foi o fortalecimento institucional da SEF/DF em estruturação, avaliação e monitoramento de Parcerias Público-Privadas – PPP.

2. O representante se insurge contra a ausência de procedimento licitatório na celebração dos acordos supracitados, cujos valores somados perfazem mais de **R\$ 14 milhões de reais**, destacando que os ajustes em questão possuem objeto impreciso e as atividades de avaliação e monitoramento de Parcerias Público-Privadas seriam exclusivas da Administração Pública, não possuindo a UNOPS corpo técnico próprio especializado para a execução do objeto dos acordos firmados.

3. Tendo em vista os elevados montantes envolvidos nas contratações questionadas, o signatário da representação solicitou ao Tribunal “(...) o deferimento de UMA DECISÃO LIMINAR com vistas a obstar quaisquer repasses de recursos públicos a essa entidade (UNOPS), no âmbito dos Acordos de Cooperação Técnica ora contestados, até ulterior deliberação” (grifo do original) (fl. 03 do [e-DOC AD1BAE6F-c](#)).

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL****Terceira Procuradoria**

4. Por meio da Decisão n.º 4.862/2017 ([e-DOC E8A88D18-e](#)), antes de deliberação sobre a cautelar pleiteada, o Tribunal tomou conhecimento da Representação e oportunizou à SEPLAG/DF, à SEF/DF e ao UNOPS que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentassem suas manifestações quanto aos fatos representados.
5. Em atendimento, a SEF/DF, por meio da Subsecretaria de Parcerias Público Privadas, encaminhou ao Tribunal o Ofício n.º 57/2017 – SUBPPP/SEF-DF ([e-DOC FF193287-c](#)), com os esclarecimentos que julgou pertinentes, enviando, ainda, cópia do Processo n.º 410.000.953/2016 ([e-DOC A0EF5001-e](#)), enquanto a SEPLAG/DF, via Ofício n.º 1.417/2017 – SEPLAG/GAB, apresentou as manifestações da área técnica especializada daquela Pasta ([e-DOC 7D483D90-c](#)), remetendo à Corte cópia dos Processos n.º 410.001.372/2016 e n.º 410.002.844/2016 ([e-DOC AB9EB7BF-e](#)).
6. O UNOPS, por sua vez, mediante o Ofício n.º 111 CGPI/DNU/DCJI/BRAS, da Coordenação Geral de Privilégios e Imunidades do Ministério das Relações Exteriores, encaminhou suas considerações, no documento denominado “*Nota Verbal*” ([e-DOC 4C8C1A01-c](#)).
7. Posteriormente, o representante protocolou novo requerimento, reiterando a necessidade de concessão da medida cautelar pleiteada na exordial ([e-DOC ADDBE97E-c](#)).
8. Ao examinar a existência dos requisitos necessários à concessão da liminar pleiteada e os esclarecimentos encaminhados pelas jurisdicionadas e pelo UNOPS, a Unidade Técnica entendeu que “(...) *estavam presentes os requisitos do **fumus boni iuris** e do **periculum in mora***”, sugerindo, em consequência, a concessão da medida cautelar, nos termos do art. 277 do Regimento Interno do TCDF, a fim de determinar à SEF/DF e à SEPLAG/DF que “(...) *se abstivessem de efetuar qualquer repasse de recursos ao Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos – UNOPS, em decorrência dos Acordos de Cooperação Técnica UNOPS/16/01 e UNOPS/16/03, até ulterior deliberação dessa Corte de Contas a respeito do mérito da representação*”, nos termos consignados na Informação n.º 205/2017 – 1ª DIACOMP ([e-DOC 346C47FA-e](#)).
9. No tocante ao mérito das questões suscitadas pelo representante, considerou que “(...) *os elementos constantes dos autos não eram suficientes para emissão de juízo de valor definitivo*”, razão pela qual sugeriu requisitar à SEF/DF cópia do Processo n.º 040.001.518/2016, relativo aos procedimentos administrativos que culminaram na celebração do Acordo de Cooperação Técnica UNOPS/16/03.
10. Todavia, antes de o Tribunal se manifestar sobre a proposição em comento, a SEF/DF protocolou o Ofício SEI-GDF n.º 923/2017 – SEF/GAB ([e-DOC 87A0C88E-c](#)), reafirmando as manifestações contidas no Ofício n.º 57/2017-GAB/SUBPPP, emitidas pela Subsecretaria de Parcerias Público-Privadas – SUBPPP/SEF, tendo os autos retornado à Divisão de Acompanhamento para reinstrução.
11. Tendo em vista a ausência de informações adicionais capazes de reformular o posicionamento inicialmente expendido, a Unidade Técnica reiterou suas análises e conclusões, sugerindo ao Tribunal que:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Terceira Procuradoria

“I. tome conhecimento:

- a) do Ofício nº 57/2017 – SUBPPP/SEF-DF, Peça nº 16;*
- b) do Ofício nº 1417/2017 – SEPLAG/GAB, Peça nº 18;*
- c) da “Nota Verbal” encaminhada ao Tribunal por meio do Ofício nº 111 CGPI/DNU/DCJI/BRAS pelo Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos – UNOPS, Peça nº 29;*
- d) dos Processos nºs 410.000.953/2016, 410.001.372/2016 e 410.002.844/2016, peças nº 17 e 19;*
- e) da renovação do pedido de concessão cautelar formulado pelo representante, Peça nº 25;*
- f) do Ofício SEI-GDF nº 923/2017 – SEF/GAB, Peça nº 43;*
- g) da Informação nº 205/2017 – 1ª DIACOMP, Peça nº 37;*
- h) dos demais documentos anexados aos autos, Peças nºs 30/36;*

II. conceda a medida cautelar pleiteada, determinando à Secretaria de Fazenda do Distrito Federal e à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal que se abstenham de efetuar qualquer repasse de recursos ao Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos – UNOPS, em decorrência dos Acordos de Cooperação Técnica UNOPS/16/01 e UNOPS/16/03, até ulterior deliberação dessa Corte de Contas a respeito do mérito da representação;

III. determine à Secretaria de Fazenda do Distrito Federal que, no prazo de 5 (cinco) dias, encaminhe ao Tribunal cópia, em meio digital, do Processo nº 040.001.518/2016 que resultou na celebração do Acordo de Cooperação Técnica UNOPS/16/03;

IV. autorize:

- a) a ciência da decisão que for proferida ao representante, à SEPLAG, à SEF e ao Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores;*
- b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para análise do mérito da representação” (Grifo do original).*

12. Encaminhado o feito ao Ministério Público de Contas para manifestação, por força do Despacho Singular n.º 672/2017–GCIM ([e-doc E4997D4A-e](#)), passo a examinar, nesta fase processual, o mérito dos esclarecimentos ofertados em atenção à Decisão n.º 4.862/2017 ([e-DOC E8A88D18-e](#)) pela Subsecretaria de Parcerias Público Privadas, via Ofício n.º 57/2017 – SUBPPP/SEF-DF ([e-DOC FF193287-c](#)), posteriormente cancelados pelo titular da SEF/DF, mediante Ofício SEI-GDF n.º 923/2017 – SEF/GAB ([e-DOC 87A0C88E-c](#)); bem assim as manifestações apresentadas pela SEPLAG/DF, por meio do Ofício n.º 1.417/2017 – SEPLAG/GAB ([e-DOC 7D483D90-c](#)); e pela UNOPS, por intermédio da Coordenação Geral de Privilégios e Imunidades do Ministério das Relações Exteriores, na “Nota Verbal” integrante do Ofício n.º 111 CGPI/DNU/DCJI/BRAS ([e-DOC 4C8C1A01-c](#)).

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL****Terceira Procuradoria**

13. Preliminarmente, antes de examinar as manifestações carreadas aos autos, entendo que a presente Representação trata de dois acordos de cooperação técnica distintos, com natureza e objetivos distintos, envolvendo unidades administrativas distintas, não podendo, no entendimento ministerial, fazer-se análise uniforme sobre os aludidos ajustes.

14. Cumpre ressaltar, inclusive, que não foram trazidos ao Tribunal cópias da documentação relativa ao **Acordo de Cooperação Técnica UNOPS/16/03**, celebrado com a SEF/DF para fortalecimento institucional daquela Secretaria para estruturação, avaliação e monitoramento de Parcerias Público-Privadas no âmbito do Distrito Federal, cujos procedimentos administrativos de contratação são objeto do **Processo n.º 040.001.518/2016**, com carga para a SEF/DF, conforme se verifica no DODF n.º 228, de 06.12.2016, pág. 36 ([e-DOC DD5EEBE0-e](#)).

15. Assim sendo, registro que as análises a seguir realizadas dizem respeito tão somente ao **Acordo de Cooperação Técnica UNOPS/16/01**, firmado com a SEPLAG/DF, para avaliação do contrato de concessão administrativa para a construção, operação e manutenção do Centro Administrativo do Distrito Federal – CENTRAD.

Das manifestações da SEF/DF consignadas no Ofício n.º 57/2017 – SUBPPP/SEF-DF ([e-DOC FF193287-c](#))

16. Inicialmente, a Subsecretaria de Parcerias Público Privadas da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SUBPPP/SEF-DF aduz que o instituto da cooperação técnica internacional foi regulamentado, no âmbito da União, pelo Decreto n.º 5.151/04, e, no Distrito Federal, pelo Decreto Distrital n.º 37.304/16, que prevê a possibilidade da referida cooperação, tendo por finalidade “(...) a prestação de assessoria técnica do organismo internacional”, acrescentando que ajuste nesse sentido “(...) poderá compreender atividades de treinamento, prestação de consultoria, bem como a aquisição de bens e a contratação de serviços, desde que vinculados ao desenvolvimento das ações de cooperação técnica internacional **que não possam ser executadas pelo próprio órgão ou entidade executora no âmbitos de suas atribuições**” (grifos do original) (fls. 01/02 do [e-DOC FF193287-c](#)).

17. Ressalta que, nos termos do Acórdão TCU n.º 1.339/2009, o Tribunal de Contas da União entende que, diferentemente do Acordo de Cooperação Financeira, o Acordo de Cooperação Técnica “(...) tem por fim principal adquirir conhecimentos ou técnicas de que ainda não dispõe”, uma vez que “(...) **nos projetos custeados exclusivamente com recursos internos, a ação conjunta do Estado com um organismo internacional precisa traduzir uma parceria relevante, pois o objetivo do país, nesse caso** (Cooperação Técnica), **não é a captação de poupança externa, mais uma efetiva aquisição de conhecimentos e experiências inovadoras, hábeis a incrementar seu desenvolvimento econômico e social**” (grifo do original) (fls. 02/03 do [e-DOC FF193287-c](#)).

18. Afirma que, justamente para preencher lacuna técnica existente no âmbito do Distrito Federal, a SEF/DF, na condição de “(...) órgão responsável pela gestão e execução do Programa de Parcerias Público-Privadas do Distrito Federal, competência atribuída no Decreto n.º 37.187, de 15 de março de 2016 – buscou na cooperação internacional a aquisição de conhecimento e das técnicas indispensáveis para a estruturação, avaliação e monitoramento dos projetos de parceria com a iniciativa privada, prospecção essa que se deu



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Terceira Procuradoria

junto a Unidade de Cooperação Técnica Internacional do Distrito Federal e da Agenda Brasileira de Cooperação, e que culminou no Acordo de Cooperação Técnica firmado com o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos – UNOPS”, sendo os termos do Acordo, em obediência aos princípios da legalidade e da moralidade, submetido à apreciação da Assessoria Jurídico-Legislativa daquela Pasta e à Procuradoria Geral do Distrito Federal, dando-se ampla divulgação nos Diários Oficiais da União e do Distrito Federal, além de remessa à Controladoria Geral e ao Tribunal de Contas do Distrito Federal para as análises pertinentes (fl. 03 do e-DOC FF193287-c).

19. Quanto às irregularidades aventadas na Representação em exame, notadamente à suposta burla ao processo licitatório, caracterizada na violação à isonomia e à impessoalidade, assevera que “(...) *há entendimento assentado sobre a inexigibilidade de licitação para celebração de cooperação técnica internacional*”, destacando que “(...) *os repasses realizados em razão do acordo de cooperação técnica têm como finalidade repor apenas os custos de operação, o que não implica o percebimento de lucro por parte do UNOPS*” (fl. 03 do e-DOC FF193287-c).

20. Afirma que a alegada delegação indevida de funções privativas do Estado ao UNOPS não merece prosperar, sustentando que “(...) *atribuições próprias dos órgãos públicos são de fato privativas, mas nada impede que estas sejam subsidiadas por quem é dotado de expertise técnica que não é de domínio público e que advirá da transferência de conhecimento, a fim de municiar o gestor da devida segurança na tomada de decisão. Eis a razão da cooperação*”, assinalando que “(...) *a atuação do UNOPS não é solitária, pois a construção dos possíveis cenários que permeiam a estruturação, avaliação e monitoramento de projetos de parceria público-privada é fruto da interação **pari passu** daquele organismo com os servidores da Subsecretaria de Parcerias Público-Privadas e da Unidade Executiva do Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas, traço evidente da transferência de conhecimento técnico que fundamenta a cooperação*” (fl. 04 do e-DOC FF193287-c).

21. Refuta, por fim, afirmação no sentido da “(...) *pretensa ampliação de ‘poderes’ ao UNOPS*”, salientando que, na realidade, os chamados poderes correspondem “(...) *aos resultados previstos no Acordo de Cooperação Técnica 16/03 - UNOPS, que prevê a análise e revisão de estudos, bem como a modelagem de projetos. Não fosse esse o escopo, certamente não haveria transferência de conhecimento algum, pois a premissa base, como dito no trecho anterior, é dotar a Secretaria de Estado de Fazenda das competências técnicas que servirão ao Estado como ferramentas equalizadoras da relação público-privada*” (fl. 04 do e-DOC FF193287-c).

Das manifestações da SEPLAG consignadas no Ofício n.º 1.417/2017 – SEPLAG/GAB (e-DOC 7D483D90-c)

22. A SEPLAG/DF, por meio do Ofício n.º 1.417/2017 – SEPLAG/GAB (fls. 03/09 do e-DOC 7D483D90-c), encaminha o Memorando SEI-GDF n.º 30/2017 – SEPLAG/SPLAN/UPPP destacando, em relação ao Acordo de Cooperação Técnica UNOPS/16/01, que referido acordo “(...) *é Ato Complementar de Cooperação Técnica decorrente do ‘Acordo Básico de Assistência Técnica com a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a Agência Internacional de Energia Atômica’, promulgado pelo Decreto n.º 59.308, de 23 de setembro de 1996*” (fl. 04 do e-DOC 7D483D90-c).

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL****Terceira Procuradoria**

23. Nesse sentido, afirma que deve o GDF “(...) observar o Decreto nº 5.151, de 22 de julho de 2004, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, para fins de celebração de atos complementares de cooperação técnica recebida de organismos internacionais e da aprovação e gestão de projetos vinculados aos referidos instrumentos”, ressaltando que, no âmbito distrital, o “(...) assunto é regido pelo Decreto nº 37.304, de 29 de abril de 2016” (fl. 04 do [e-DOC 7D483D90-c](#)).

24. Transcreve excerto do Acórdão n.º 1.339/2009-Plenário, proferido pelo Tribunal de Contas da União, manifestando posicionamento de que os ajustes ora questionados, quanto à natureza jurídica, devem observar as Diretrizes para o Desenvolvimento da Cooperação Técnica Internacional do Ministério das Relações Exteriores e “(...) **como todo ato internacional, estabelecem relações disciplinadas pelo direito internacional público**”, sendo imprescindível, para tanto, o exame e a “(...) **prévia aprovação da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores**”, em consonância com o art. 3º do Decreto n.º 5.151/04 (grifo do original) (fls. 04/05 do [e-DOC 7D483D90-c](#)).

25. Registra que o Acordo de Cooperação Técnica UNOPS/16/01 “(...) **foi firmado entre a SEPLAG e o UNOPS após prévia aprovação pela ABC/MRE, que, inclusive, indicou o referido Organismo Internacional ao GDF, por entender que esse possui as competências devidas para executar a demanda. A indicação consta da fl. 58 do Processo nº 410.001.372/2016**”, salientando que “(...) após a publicação do respectivo Extrato no Diário Oficial, o Acordo UNOPS/16/01 foi enviado ao TCDF e à Controladoria Geral do Distrito Federal (CGDF), conforme exigência legal (art. 19 do Decreto distrital nº 37.304/2016) – fls. 680/681 do Processo nº 410.001.372/2016” (fl. 05 do [e-DOC 7D483D90-c](#)).

26. Na sequência, ataca pontualmente cada alegação constante da Representação em apreço, refutando, inicialmente, a questão de que o Contrato de Parceria Público-Privada (PPP) do Centro Administrativo do Distrito Federal não estaria sendo executado, oportunidade em que declara “(...) **em face da anulação da Carta de Habite-se, em fevereiro de 2015, e ainda das questões jurídicas atinentes ao Contrato de PPP, não foi possível a ocupação do empreendimento. Logo, não houve contrapartida financeira por parte do GDF**”, acrescentando que “(...) a Procuradoria-Geral do Distrito Federal, no Parecer nº 943/2016-PRCON/PGDF, em consulta formulada pela Comissão Executora do Contrato da PPP, aquela Casa Jurídica manifestou ser incorreto afirmar que o contrato não esteja em execução. Afirmou, ainda, que, ao assinar o contrato, as partes assumiram obrigações recíprocas que devem ser objeto de avaliação por representantes da Administração” (grifo do original) (fl. 05 do [e-DOC 7D483D90-c](#)).

27. Rebate a alegação de que a contratação do UNOPS deveria ter seguido as normas previstas na Lei de Licitações e Contratos, considerando que “(...) trata-se, portanto, de ato internacional cuja especificidade é regulamentada pelo Decreto federal nº 5.151/2004 pelo Decreto nº 37.304/2016. Dessa forma, o Tribunal de Contas da União - TCU, no Acórdão nº 1.339/2010-P (sic), entendeu pela não aplicabilidade da Lei 8.666/1993 nos acordos internacionais. Ora, tendo em vista que aos acordos de cooperação internacional aplica-se legislação nacional específica, vinculada aos preceitos do direito internacional e,



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Terceira Procuradoria

portanto, distinta das normas gerais que regem os contratos administrativos, não há que se falar em incidência da Lei 8.666/1993. Logo, a inexigibilidade de realização de licitação para celebração de acordo de cooperação internacional afasta a alegação de suposta burla, sendo improcedente a afirmação do Reclamante” (grifo do original) (fls. 05/06 do e-DOC 7D483D90-c).

28. Em relação à possível transferência de funções públicas ao UNOPS, apresenta conceituação da Agência Brasileira de Cooperação relativa à caracterização de Projeto de Cooperação Técnica (fl. 06 do e-DOC 7D483D90-c), ponderando que o acordo em questão “(...) *tem completa aderência às exigências legais internas e internacionais, bem como se enquadra na definição de cooperação técnica apontada pela ABC e MRE. Isso porque o objetivo da presente cooperação internacional é a transferência de conhecimento, tecnologia e capacitação de servidores em projetos governamentais relacionados a parcerias público-privadas que não são de domínio do corpo de servidores do Distrito Federal, conforme apontado no processo 410.001.372/2016*” (fl. 06 do e-DOC 7D483D90-c).

29. E mais, destaca trecho da Nota Técnica n.º 10/2016-UPPP/SEPLAG (fls. 21/40 do Processo n.º 410.001.372/2016; cópia às fls. 39/58 do e-DOC AB9EB7BF-e) no sentido de que “(...) *‘considerando a delicada situação jurídica do Contrato de PPP do CADF, bem como a complexidade da ocupação do empreendimento e da feição vanguardista para o DF da mudança em questão, é que se solicita apoio técnico de organismo internacional especializado, para transferir seus conhecimentos estruturantes para os servidores do CADF, capacitando-os. As atividades a serem desenvolvidas no âmbito desta cooperação servirão, inclusive, ao fortalecimento da capacidade do Governo na estruturação de novas PPPs (...)* (fl. 45 do e-DOC AB9EB7BF-e) ’” (fl. 07 do e-DOC 7D483D90-c).

30. Quanto à alegada falta de controle das contratações de terceiros pelo UNOPS, assevera que, nos termos do art. 3º do item 10 do Documento de Projeto, aquele organismo internacional deverá obedecer “(...) *as regras e procedimentos de licitação do ‘Manual de Convergência do PNUD’, aprovado pelo Tribunal de Contas da União’, bem como pelo disposto no Decreto distrital nº 37.304, de 29 de abril de 2016, observando-se os princípios da impessoalidade, publicidade, razoabilidade, proporcionalidade e eficiência*” (fls. 07/08 do e-DOC 7D483D90-c), devendo tal alegação ser rejeitada, porquanto carece de fundamento legal.

31. No tocante ao possível custo elevado da contratação, a SEPLAG/DF assinala que “(...) *os valores desembolsados pelo GDF para execução da cooperação foram definidos a partir do padrão determinado pela ONU e utilizados para cobrir os custos do UNOPS sem o pagamento de margem de contribuição ou lucro das atividades desenvolvidas pelo Organismo Internacional*” (fl. 08 do e-DOC 7D483D90-c).

32. Por fim, no que se refere à possível fuga do controle administrativo com a contratação do UNOPS, a SEPLAG/DF destaca que “(...) *todos os procedimentos envolvidos na cooperação técnica internacional foram mediados e aprovados pela ABC/MRE*”, acrescentando que “(...) *a execução de trabalhos no âmbito do Acordo UNOPS/16/01 efetivamente está sujeita a rígidos controles públicos pela ABC e pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), posto que a signatária do Acordo é a República Federativa do Brasil, bem como demais órgãos de controle*” (fls. 08/09 do e-DOC 7D483D90-c).



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Terceira Procuradoria

Das manifestações do UNOPS (e-DOC 4C8C1A01-c)

33. A “*Nota Verbal*” encaminhada pelo UNOPS, via Ofício n.º 111 CGPI/DNU/DCJI/BRAS, ressalta as prerrogativas e imunidades daquele organismo internacional sobre ação executiva administrativa, judicial e legislativa que gozam as Nações Unidas e seus escritórios, destacando, dentre outras características, que o UNOPS “(...) **além de não ser uma empresa privada, como pressupõe a representação apresentada ao TCDF, não tem interesse lucrativo, mas, sim, o desenvolvimento e o progresso dos parceiros com quem desenvolve os projetos**” (grifos do original) (fls. 03/06 do e-DOC 4C8C1A01-c).

34. Salienta que “(...) *a relação entre o UNOPS e o Governo Brasileiro não se pauta pelas leis federais (tais como a Lei n.º 8.666/93), mas sim pelos tratados celebrados entre o Brasil e a ONU (...). Depreende-se, portanto, que os PRODOCs, como instrumentos de direito internacional público não podem ser regidos em qualquer medida pela Lei Federal n.º. 8.666/93. Registre-se, ainda nesse contexto, que independente de normas brasileiras que vinculem os governos locais na contratação de pessoal e/ou de serviços para desenvolvimento de suas atribuições no âmbito dos projetos, o UNOPS segue regras próprias para a contratação, remuneração e disponibilização de especialistas para execução das atividades que lhe competem no âmbito de tais projetos*” (grifos do original) (fl. 05 do e-DOC 4C8C1A01-c).

35. Registra que “(...) *a celebração de acordo para a avaliação do contrato de concessão administrativa para a construção, operação e manutenção do Centro Administrativo do Distrito Federal, longe de ser inócua, visou relevantes objetivos, tais como: propiciar ao Governo do Distrito Federal uma melhor compreensão do contrato de PPP do CADF, conferindo robustez as relevantes decisões tornadas que estão sendo tomadas no âmbito deste ajuste; dar bases econômico-financeiras firmes ao GDF, para avaliar e, se fosse o caso, reequilibrar o contrato em questão, buscar alternativas para a solução dos imbróglis existentes no Contrato, inclusive no que concernem as garantias ofertadas; capacitar servidores; auxiliar a estruturação de um escritório para gestão do CADF; prover conhecimento de planejamento e gestão da ocupação de referido Complexo, dentre outras*”, asseverando que “(...) *em nenhum momento este Escritório substituiu ou pretendeu substituir o poder público local e as atribuições a este iminentes, limitando-se a reunir, consolidar informações e construir conhecimentos, sempre em regime de cooperação imanente às suas finalidades institucionais, justamente com o fim de auxiliar na construção de capacidades de seus parceiros*” (fls. 06/07 do e-DOC 4C8C1A01-c).

36. Ao final, requer o reconhecimento da “(...) *necessidade de respeito à imunidade de jurisdição do UNOPS, imunidade a que este Escritório não renunciou e não renunciará, assim como privilégios e favores processuais de praxe, em especial em especial no que se refere ao trâmite de qualquer comunicação exclusivamente por meio do Ministério das Relações Exteriores*” (grifo do original) (fl. 07 do e-DOC 4C8C1A01-c).

Análise

37. Cumpre registrar, de antemão, que a legislação brasileira não proíbe a atuação dos entes federados via celebração de acordos de cooperação técnica com organismos internacionais, sendo tal possibilidade regulada pelo Acordo Básico de Assistência Técnica,

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL****Terceira Procuradoria**

firmado entre o governo brasileiro e a Organização das Nações Unidas, consoante Decreto Legislativo n.º 11/66, promulgado pelo Decreto n.º 59.308/66.

38. O art. 52, inciso V, da Constituição Federal, não deixa dúvidas quanto à possibilidade de Estados e Municípios poderem iniciar operações externas de natureza financeira, devendo, contudo, tais operações serem autorizadas pelo Senado Federal. Essa previsão vem sendo amplamente exercida por diversos entes federativos, inclusive pelo Distrito Federal, mediante negociações diretas de crédito com organismos internacionais como o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com posterior aprovação legislativa.

39. Por sua vez, os acordos de cooperação técnica celebrados com agentes externos decorrem, na maioria das vezes, da necessidade de contratação de assessorias ou consultorias especializadas para o desenvolvimento de competências em áreas específicas em que a Administração Pública não possui expertise para a implementação de projetos e atividades de interesse social e econômico cuja execução exija conhecimentos que o ente federado não detém de forma plena.

40. Parcerias com agências internacionais viabilizam não apenas o acesso a conhecimentos e práticas disponíveis no exterior, mas, também, a possibilidade de organização de atividades desenvolvidas internamente nas instituições governamentais e que ainda não foram devidamente sistematizadas.

41. Nesse sentido, os projetos de cooperação técnica visam, em última análise, a transferência, absorção e desenvolvimento de conhecimentos especializados em áreas específicas, cujas práticas implementadas no contexto internacional resultaram na construção de uma base de conhecimento sólida e amplamente reconhecida e disponibilizada a órgãos e entidades da Administração por meio de consultorias, mapeamento de processos, articulações políticas, planejamento estratégico, elaboração de programas para modernização de gestão, treinamentos, formação de especialistas e outros mecanismos voltados à estruturação institucional.

42. A viabilização da prestação de assistência técnica especializada por organismos internacionais ao Governo brasileiro se deu, conforme exposto, pelo Decreto n.º 59.308/66, que estabeleceu os pressupostos para celebração de Acordo Básico de Assistência Técnica com a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas, como no caso o UNOPS, e a Agência Internacional de Energia Atômica.

43. Em linhas gerais, o Decreto n.º 59.308/66 objetiva permitir a prestação de assistência técnica pelos organismos internacionais aos entes federados com vistas a promover o progresso econômico e social, contribuindo para o desenvolvimento da população diretamente contemplada com os conhecimentos e práticas implementadas no acordo de cooperação técnica estabelecido.

44. A operacionalização e materialização das iniciativas de cooperação firmadas no âmbito da União foram disciplinadas pelo Decreto n.º 5.151/04, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelos organismos internacionais e pela Administração Pública Federal direta e indireta, para fins de celebração de atos complementares de

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL****Terceira Procuradoria**

cooperação técnica. Observe-se que os atos complementares dão executóriedade aos Acordos de Cooperação Técnica.

45. Não há dúvidas acerca da aplicabilidade do Decreto n.º 59.308/66 ao caso vertente, haja vista ter sido editado anteriormente à Constituição Federal de 1988, possuindo eficácia de lei, além de constituir tratado internacional para regular a relação de cooperação entre o Brasil e a Organização das Nações Unidas.

46. Todavia, deve-se reconhecer que o Decreto n.º 5.151/04 aplica-se tão somente à União e, nesse sentido, clara a ausência de normativo específico para regulamentação da cooperação técnica no âmbito distrital, evitando, assim, possíveis alegações acerca da inexistência de legislação local para regramento da matéria, o que poderia inviabilizar, na origem, acordos dessa natureza por falta de amparo legal para sua celebração.

47. Esse vazio normativo foi sanado com a edição do Decreto Distrital n.º 37.304, de 29.04.2016, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados por órgãos e entidades da Administração Pública Distrital para a celebração de Atos Complementares de Cooperação Técnica Internacional e para a aprovação e gestão dos projetos a eles vinculados.

48. Os §§ 1º e 2º do art. 1º do citado normativo distrital dispõem que:

“Art. 1º Este Decreto estabelece os procedimentos a serem observados por órgão ou entidade da Administração Pública Distrital direta e indireta, na qualidade de ente executor, para a celebração de Ato Complementar de Cooperação Técnica Internacional e para a aprovação e gestão dos projetos que o integram.

§ 1º Entende-se por Ato Complementar de Cooperação Técnica Internacional o que decorre de Acordos Básicos firmados entre o Brasil e organismos internacionais a fim de promover as capacidades técnicas, por meio da transferência e do desenvolvimento de conhecimentos, informações tecnológicas, experiências e práticas em todas as áreas do saber.

§ 2º Os projetos a que se reporta o caput deste artigo serão elaborados de acordo com as orientações do Manual de Formulação de Projetos de Cooperação Técnica Internacional da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores ou dos manuais utilizados pelos organismos internacionais cooperantes” (Grifei).

49. Por sua vez, o art. 2º estabelece que *“(…) em função das particularidades da matéria, aplicam-se aos procedimentos de que trata o art. 1º, subsidiariamente e no que couberem, as disposições do Decreto Federal n.º 5.151, de 22 de julho de 2004, da Presidência da República, e as normas complementares pertinentes expedidas pelo Ministério das Relações Exteriores” (grifei).*

50. Ademais, o art. 3º do Decreto n.º 37.304/16 impõe que *“A celebração de Ato Complementar para a implementação de projetos de cooperação técnica internacional depende de prévia aprovação da ABC, nos termos do art. 3º do Decreto nº 5.151, de 2004, da Presidência da República” (grifei).*



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Terceira Procuradoria

51. No caso vertente, verifica-se que o **Acordo de Cooperação Técnica UNOPS/16/01** foi firmado entre a SEPLAG e o UNOPS, após prévia aprovação pela Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores – ABC/MRE, conforme se verifica no Ofício n.º 510/CGCM-ABC¹, sendo, posteriormente, após a publicação do respectivo Extrato no Diário Oficial da União² e no Diário Oficial do Distrito Federal³, o Acordo UNOPS/16/01 enviado ao TCDF, mediante Ofício n.º 1.427/2016-GAB/SEPLAG⁴, e à Controladoria Geral do Distrito Federal – CGDF, via Ofício n.º 1.260/2016-GAB/SEPLAG⁵, em estrita observância às exigências legais contidas no art. 19 do Decreto n.º 37.304/16, que prevê:

“Art. 19. O ente executor providenciará, em relação a seu Projeto de Cooperação Técnica Internacional:

I - a publicação do respectivo extrato:

a) no Diário Oficial do Distrito Federal, no prazo de 20 dias contados da data de assinatura; e

b) no Diário Oficial da União, no prazo de 25 dias contados da data de assinatura;

II - a remessa das cópias autênticas do documento:

a) à Controladoria Geral do Distrito Federal, no prazo de 5 dias contados da data de assinatura dele; e

b) ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, no prazo de 10 dias contados da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Distrito Federal” (Grifei).

52. O **Acordo de Cooperação Técnica UNOPS/16/01** revela-se ato internacional cuja especificidade é regulamentada pelos Decretos Federais n.º 59.308/66 e n.º 5.151/2004, bem assim pelo Decreto Distrital n.º 37.304/16, não se aplicando ao ajuste em questão as normas gerais que regem a contratação pública (Lei n.º 8.666/93). Frise-se que tal entendimento encontra-se contido no Acórdão TCU n.º 1.339/2009-Plenário.

53. Referido Acórdão tratou de estudos acerca dos parâmetros utilizados em acordos de cooperação técnica internacional financiados, exclusivamente, com recursos nacionais, oportunidade em que o Tribunal de Contas da União manifestou entendimento que, dada relevância para a presente análise, peço vênha transcrever parcialmente, naquilo afeto à matéria em apreço:

¹ Ofício n.º 510/CGCM-ABC: fl. 58 do Processo n.º 410.001.372/2016; cópia à fl. 89 do e-DOC AB9EB7BF-e

² DOU n.º 171, de 05.09.2016, pág. 202: fl. 682 do Processo n.º 410.001.372/2016; cópia à fl. 1.008 do e-DOC AB9EB7BF-e

³ DODF n.º 170, de 08.09.2016, pág. 43: fl. 607 do Processo n.º 410.001.372/2016; cópia à fl. 901 do e-DOC AB9EB7BF-e

⁴ Ofício n.º 1.427/2016-GAB/SEPLAG: fl. 680 do Processo n.º 410.001.372/2016; cópia à fl. 1.006 do e-DOC AB9EB7BF-e

⁵ Ofício n.º 1.260/2016-GAB/SEPLAG: fl. 681 do Processo n.º 410.001.372/2016; cópia à fl. 1.007 do e-DOC AB9EB7BF-e



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Terceira Procuradoria

“ **Acórdão TCU n.º 1.339/2009-Plenário**

(...)

Os acordos básicos de cooperação, a exemplo deste celebrado com a ONU, constituem tratados internacionais solenes ou na ‘forma padrão’, submetidos à aprovação específica do Poder Legislativo (ao contrário dos tratados em forma simplificada, de que são exemplos os ‘atos complementares’, conforme analisado adiante)

(...)

Sobre o acordo básico de cooperação é relevante destacar algumas implicações decorrentes de sua natureza de tratado internacional.

A primeira é a de que o acordo básico dispõe de força normativa equivalente à de uma lei ordinária. Com efeito, no entendimento do STF, um tratado internacional ‘comum’ equipara-se à lei ordinária em termos de hierarquia no sistema. A jurisprudência nesse sentido foi consolidada ainda em 1977, com o julgamento do RE 80.004/SE (RTJ 83/809), e mantém-se atual. Veja-se, por exemplo, o seguinte trecho da ementa do julgamento de medida cautelar na ADI 1.480-3/DF (relator o Ministro Celso de Mello):

‘Os tratados ou convenções internacionais, uma vez regularmente incorporados ao direito interno, situam-se, no sistema jurídico brasileiro, nos mesmos planos de validade, de eficácia e de autoridade em que se posicionam as leis ordinárias, havendo, em consequência, mera relação de paridade normativa.’

(...)

Os acordos básicos apresentam, ainda, a peculiaridade de constituírem normas especiais, pois, comparativamente às leis ordinárias gerais (a exemplo da Lei 8.666/1993), conferem melhor determinação ao específico vínculo que o Estado estabelece com o Estado ou o organismo internacional prestador da cooperação, particularizando a relação jurídica que se estabelece entre as partes.

(...)

Em suma, o acordo básico de cooperação técnica, na qualidade de tratado internacional, tem perfeitas condições de estabelecer, com caráter vinculante (inclusive pela não-incidência da legislação geral superveniente), as regras gerais do relacionamento entre as partes contratantes. E as diretrizes estabelecidas devem ser observadas ao se pactuarem projetos singulares de cooperação, instrumentalizados pelos ‘atos complementares’ a que se refere o Decreto 5.151/2004.

Nos termos do art. 3º do Decreto 5.151/2004, ‘a celebração de ato complementar para a implementação de projetos de cooperação técnica internacional dependerá de prévia aprovação da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores’.

Tal exigência não é mera opção administrativa do Governo. Ao contrário, explica-se pelo fato de tanto o titular do MRE quanto os dirigentes de unidades do Ministério que receberem competência específica (a exemplo da ABC, quanto à cooperação internacional) presumem-se habilitados a falar em nome

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL****Terceira Procuradoria**

do Estado (art. 7.1.b da Convenção de Viena de 1986 sobre direito dos tratados com organizações internacionais).

(...)

Já o Decreto 5.979/2006, que aprova a estrutura regimental do MRE, estabelece, em seu art. 30, que 'À Agência Brasileira de Cooperação compete coordenar, negociar, aprovar, acompanhar e avaliar, em âmbito nacional, a cooperação para o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento, recebida de outros países e de organismos internacionais e aquela entre o Brasil e países em desenvolvimento'.

Assim, a participação necessária do MRE na formação do ato complementar é perfeitamente compreensível ao se considerar referidos ajustes não como convênios administrativos, e sim como acordos executivos que, embora celebrados em forma simplificada (como será visto adiante), constituem compromissos do Estado exigíveis no plano internacional. É que o poder de firmar compromissos com outros Estados ou com organizações internacionais sempre foi prerrogativa conferida a um número restrito de agentes públicos. Nunca constituiu, ao contrário da capacidade de conveniar, uma competência genérica dos ordenadores de despesa.

Aliás, é esse o motivo por que a participação do MRE é exigida até mesmo nos atos complementares de interesse de órgãos das demais unidades da federação (Estados e Municípios) e mesmo de pessoas jurídicas de direito privado, em projetos de cooperação técnica celebrados com organismos internacionais. Em qualquer dessas situações, o compromisso é assumido (ainda que financiado pela demandante), em última análise, pelo Estado brasileiro, o único desses atores a dispor de personalidade jurídica no plano do direito internacional.

(...)

Os atos complementares prevêm o ressarcimento dos custos dos organismos internacionais cooperantes, mediante taxa de administração. O art. 1º, § 1º, do Decreto 5.151/2004 estabelece como teto para a taxa de administração o percentual de 5% do valor do projeto desenvolvido. (...)” (Grifei).

54. Extraí-se do excerto supratranscrito que, porquanto cuidam de tratados internacionais, a celebração de acordos de cooperação técnica atende à legislação própria, na espécie, os Decretos Federais n.º 59.308/66 e n.º 5.151/2004 e o Decreto Distrital n.º 37.304/16. Assim, tendo em vista que aos acordos de cooperação internacional aplica-se legislação específica, vinculada aos preceitos do direito internacional e, portanto, distinta das normas gerais que regem os contratos administrativos, não há que se falar na incidência da Lei n.º 8.666/93.

55. Todavia, ainda que inaplicável a Lei de Licitações e Contratos aos acordos de cooperação técnica, importante observar que o **Acordo de Cooperação Técnica UNOPS/16/01** foi celebrado em razão da complexidade envolvida na ocupação do Centro Administrativo do Distrito Federal – CENTRAD, caracterizada pelo deslocamento de significativo volume de servidores para os espaços especificamente construídos para abrigar as unidades administrativas do GDF.

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL****Terceira Procuradoria**

56. Frise-se que, desde a concepção original, o CENTRAD se viu cercado de inúmeros problemas e polêmicas para sua implementação, tendo como resultado a construção de edificações para abrigar todos os órgãos do executivo distrital, contando, para tanto, com estrutura para Governadoria, Centro de Convenções e espaços para as Secretarias de Estado (4 Torres de 15 pavimentos e outros 10 prédios de 4 andares).

57. O projeto originário, contudo, não previa que o deslocamento de aproximadamente 12 mil servidores deveria estar acompanhado de outros produtos, obras, serviços e ativos – equipamentos e serviços relacionados à tecnologia da informação e comunicação, aquisição de microcomputadores e de mobiliário, instalação e manutenção dos implementos adquiridos, segurança dos espaços, etc.

58. A ausência de estruturação competente e a inexperiência na gestão de projeto de tamanha magnitude resultou no fato de que, até o presente momento, o CENTRAD continue sem o funcionamento para o qual foi concebido, demandando o apoio técnico de instituição especializada para diagnóstico, desenvolvimento de conhecimentos específicos, transferência, repasse, absorção e gestão para efetiva ocupação do espaço físico construído com a estruturação necessária para assegurar o atendimento ao interesse público com os gastos até então realizados.

59. Em última análise, esse o principal elemento ensejador da contratação do UNOPS via **Acordo de Cooperação Técnica UNOPS/16/01**, celebrado no valor de **US\$ 697.200,00** (seiscentos e noventa e sete mil e duzentos dólares americanos), conforme extrato publicado no DODF n.º 170, de 08.09.2016 (fl. 607 do Processo n.º 410.001.372/2016; cópia à fl. 901 do [e-DOC AB9EB7BF-e](#)).

60. Ou seja, promover diagnóstico do contrato de concessão administrativa celebrado para a construção, operação e manutenção do CENTRAD para, posteriormente, desenvolver base de conhecimento estruturante para o adequado gerenciamento da efetiva ocupação daquele espaço para atendimento dos objetivos para o qual foi construído e, em consequência, do interesse público.

61. Importante observar que o **Acordo de Cooperação Técnica UNOPS/16/01** se encontra em desenvolvimento e, no entendimento ministerial, os elementos constitutivos dos autos não se mostram suficientes para justificar a interrupção de suas atividades, até porque, os trabalhos visam dar efetividade ao projeto do CENTRAD, cuja ociosidade vem acarretando, aí sim, prejuízos injustificados aos cofres distritais.

62. Não é demais ressaltar que, para concessão da medida cautelar pleiteada pelo **Sr. Mathaus Ferreira de Almeida**, ora representante, imprescindível o atendimento dos requisitos do **fumus boni iuris** e do **periculum in mora**.

63. Os documentos constitutivos dos autos indicam os procedimentos administrativos adotados pela SEPLAG/DF para a celebração do **Acordo de Cooperação Técnica UNOPS/16/01**, cujos objetivos e metas propostas se encontram em plena execução, não restando presentes os requisitos autorizadores para a medida pleiteada.

64. Nesse contexto, entendo que o Tribunal **não deve conceder a medida cautelar**, mantendo os repasses de recursos ao Escritório das Nações Unidas de Serviços para



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Terceira Procuradoria

Projetos – UNOPS, à conta do **Acordo de Cooperação Técnica UNOPS/16/01**, assegurando, assim, o desenvolvimento das atividades ali previstas para, efetivamente, justificar a construção do CENTRAD.

65. No mais, entendo correto o posicionamento expendido pela Unidade Técnica no sentido de requerer à SEF/DF o encaminhamento da documentação relativa aos os procedimentos administrativos de contratação do **Acordo de Cooperação Técnica UNOPS/16/03**, firmado entre aquela Pasta e o UNOPS, objeto do **Processo n.º 040.001.518/2016**, com objetivo de fortalecimento institucional da SEF/DF para estruturação, avaliação e monitoramento de Parceiras Público-Privadas no âmbito do Distrito Federal, mostrando-se essencial a remessa de cópia do aludido feito ao Tribunal para subsidiar manifestação sobre o mérito do citado ajuste.

66. Diante de todo o exposto, lamentando dissentir no posicionamento expendido pela Unidade Técnica em relação ao **Acordo de Cooperação Técnica UNOPS/16/01** e tendo em vista a ausência dos requisitos que justificam a concessão da medida pleiteada na Representação em apreço, este representante do **Parquet** especializado sugere ao eg. Plenário que:

I. tome conhecimento:

- a) do Ofício n.º 57/2017 – SUBPPP/SEF-DF ([e-DOC FF193287-c](#));
- b) do Ofício n.º 1.417/2017 – SEPLAG/GAB ([e-DOC 7D483D90-c](#));
- c) do Ofício n.º 111 CGPI/DNU/DCJI/BRAS, contendo o documento intitulado “*Nota Verbal*”, encaminhado pelo Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos – UNOPS ([e-DOC 4C8C1A01-c](#));
- d) dos Processos n.º 410.000.953/2016, n.º 410.001.372/2016 e n.º 410.002.844/2016 ([e-DOC AB9EB7BF-e](#));
- e) da renovação do pedido de concessão cautelar formulado pelo Representante ([e-DOC ADDBE97E-c](#));
- f) do Ofício SEI-GDF n.º 923/2017 – SEF/GAB ([e-DOC 87A0C88E-c](#));

II. **deixe de conceder a medida cautelar pleiteada**, no que se refere ao **Acordo de Cooperação Técnica UNOPS/16/01**, em razão da ausência dos requisitos do **fumus boni iuris** e do **periculum in mora**;

III. determine à Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SEF/DF que, no prazo de **05 (cinco) dias**, encaminhe ao Tribunal cópia, em meio digital, do **Processo n.º 040.001.518/2016** que resultou na celebração do **Acordo de Cooperação Técnica UNOPS/16/03**;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Terceira Procuradoria

IV. autorize:

- a) a ciência da decisão que for proferida ao representante, à SEPLAG/DF, à SEF/DF e ao Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos – UNOPS, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores;
- b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para adoção das providências cabíveis.

É o parecer.

Brasília, 29 de novembro de 2017.

Demóstenes Tres Albuquerque
Procurador